



Guia
do
Instrutor de Processos
e de
Procedimento Processual

(Justiça e Disciplina)

Sede Nacional da CVP, 07 de Setembro de 2008

ÍNDICE

	Página
Introdução.....	2
1. Tipologia de Processos.....	3
2. Características de Processos.....	3
3. Agentes e outros Intervenientes no Processo.....	4
4. Início, Organização e Escrituração do Processo.....	5
5. Decisão e Despacho final.....	13
6. Notificação da Decisão.....	14
7. Tramitação do Processo.....	14
8. Anexo I - Competências Disciplinares.....	14
9. Anexo II - Procedimentos na elaboração e escrituração do Processo.....	14
10. Anexo III Ê Modelos.....	14

Introdução

A elaboração deste Guia insere-se no quadro de apoio à acção disciplinar e às actividades processuais a executar quer pelas entidades com competência disciplinar quer pelos *Instrutores de Processos* de âmbito disciplinar e referentes aos membros da CVP.

Com a presente publicação, pretende-se que sejam adoptados os procedimentos gerais uniformizados e consentâneos com as Legislações e Normativos vigentes, no contexto das estruturas das Delegações e dos Serviços Centrais e Autónomos da Cruz Vermelha.

Este Guia, em formato reduzido e conciso é passível de ser complementado com os restantes tipos de exemplos de Processos - *Acidente de viação e Desastre ou Doença em serviço*, caso se constate uma necessidade imprescindível relativa à gestão disciplinar, designadamente no seio dos Voluntários da Cruz Vermelha.

É pois, desejável que na consecução processual exista coerência e ordenação rigorosa dos diversos autos e outros documentos que integram os respectivos Processos, com as inerentes audições, Relatórios e Conclusões adequados às infracções cometidas pelos Voluntários, a fim de permitir, à Direcção Nacional e/ou, às entidades com competência disciplinar delegada, uma decisão célere e eficaz no âmbito da *Justiça*, que se pretende atempada e dissuasora no seio da Instituição.

CVP, Lisboa, 07 de Setembro de 2008

1 - TIPOLOGIA DE PROCESSOS

Conforme o fim que visam, os Processos assumem a designação de tipo ou espécie, de:

a - Averiguações (ou de inquérito)

Têm lugar quando haja o conhecimento impreciso de uma infracção (Participação), ou um rumor ou indícios de infracção disciplinar, ou quando se desconheçam o(s) seu(s) autor(es). Ou, ainda, quando se destinam à averiguação de factos irregulares determinados, atribuídos a um serviço ou Voluntário/ Membro e que tenham incidência sobre o exercício ou prestígio da função.

(Nesta designação estarão englobados os processos de *acidente, doença ou morte em serviço*).

b - Disciplinar (comum ou directo)

É **obrigatório** e imediatamente instaurado, por decisão de superior hierárquico competente, quando se tenha conhecimento de factos que possam implicar a responsabilidade disciplinar dos seus subordinados ou dependentes funcionais (ou seja, quando é imputável falta determinada).

É de **natureza confidencial** até ser notificada a acusação ou a decisão que o mande arquivar.

c - Administrativo

Tem lugar paralelamente com outros processos (por acidente, doença ou morte em serviço, disciplinar e criminais) e tem por finalidade apurar os prejuízos havidos e a responsabilidade nos actos ou omissões constantes naqueles processos.

d - Sindicância

Consiste numa averiguação geral ao funcionamento de um serviço suspeito de irregularidade (*não contemplado em esclarecimento neste guia*).

2 - CARACTERÍSTICAS DOS PROCESSOS

a - Origem do processo

O processo tem origem, normalmente, numa participação, auto de notícia, queixa, denúncia, rumor público, requerimento, ou despacho de entidade competente da CVP.

b - Constituição

O Processo é constituído pelo conjunto de **peças** documentais (*documento de origem*, autos, relatórios etc.) que relatam e confirmam as várias diligências efectuadas com o fim de demonstrar, ou provar, da existência de determinados factos, dos seus agentes e da responsabilidade dos mesmos.

Qualquer que seja o Processo, este é normalmente constituído por vários *autos*.

O **Auto** É é o registo em documento escrito de qualquer diligência feita, em determinado momento e local, explicitamente referidos, e onde constam mencionadas as pessoas que nele foram intervenientes.

c - Principais Peças Processuais

As peças processuais são, normalmente, constituídas por:

- .1 - **Participação**, ou, **Auto de Notícia**, ou, **Queixa**, **Requerimento** ou **Despacho**;
- .2 - **Auto(s) de declarações** do infractor, e, eventualmente, se necessário, do participante (e/ou, do sinistrado, do doente, etc.);
- .3 - **Autos de inquirição** de testemunhas;
- .4 - **Nota de Culpa - Notificação de Acusação** . (*entregue ou enviada ao infractor e integrada no processo*);
- .5 - **Relatório e Conclusões** do Instrutor;
Despacho de decisão

e, consoante a espécie do processo, podem ainda integrá-lo as seguintes peças;

- .6 - Os **autos de acareação** de testemunhas,
- .7 - **Deprecadas**,
- .8 - **Relatórios de Exame Directo**,
- .8 - **Relatórios de Exame de Sanidade** (*exame final*),
- .9 - **Relatórios Periciais**;
 - *Relatório de Avaliação de Prejuízos*,
 - *Relatório de Reconstituição de Acidente*,
- .10 - *Outros Relatórios Periciais*, necessários face às matérias que se tratem, nas respectivas averiguações

3 - AGENTES E OUTROS INTERVENIENTES NO PROCESSO

a. Agentes da infracção

.1 - **AUTOR**

É quem executa os actos e factos por si mesmo ou por intermédio de outrem ou toma parte directa na sua execução por acordo ou juntamente com outro ou outros, e ainda quem, dolosamente, determina outra pessoa à prática do facto, desde que haja um cúmplice.

.2 - **CÚMPLICE**

É aquele que, dolosamente, e por qualquer forma presta auxílio material ou moral à prática por outrem de um facto doloso.

b. Executantes

.1 - **Instrutor** do Processo

É nomeado por despacho da entidade competente em matéria disciplinar . O despacho pode ser exarado na participação, auto de notícia, queixa, ou requerimento, ou em documento à parte. Deve ser datado e publicado em Boletim de Serviço do órgão.

- .2 - **Escrivão** **É** auxiliar do instrutor do processo no exercício das suas funções. É geralmente nomeado quando a complexidade do processo, ou outras circunstâncias o aconselham.
Em princípio não é prevista a sua nomeação no âmbito processual e disciplinar da CVP.

c. Intervenientes no Processo (pessoas chamadas a depor no processo):

- .1 - **Participante** **É** Quem, em cumprimento dos deveres da sua função, categoria ou missão, denuncia, por escrito (ou verbalmente), o facto (presumivelmente louvável ou condenável).
- .2 - **Infractor ou Acusado** **É** Pessoa sobre quem recaem suspeitas de ter praticado uma infracção.
Será o presumível autor material dum facto ou factos que, pela sua natureza, são passíveis de cair na alçada disciplinar.
- .3 - **Queixoso** **É** Pessoa que, por se julgar prejudicado no seu interesse, denuncia o facto.
- .4 - **Ofendido** **É** Pessoa que sofreu os efeitos maléficos da acção praticada pelo acusado.
- .5 - **Testemunhas** **É** Pessoas conhecedoras de como se passaram, na verdade, os factos. Os seus depoimentos têm por fim demonstrar a existência, ou não, do facto ou factos a averiguar.
- .6 - **Declarantes** **É** Pessoas que a Lei considera inábeis e não arroladas como testemunhas mas que podem, com as suas declarações, esclarecer a verdade dos factos.
- .7 - **Peritos** - Pessoas que têm prática ou são sabedores de qualquer ciência, arte ou ofício e que por essa razão são nomeados, ou solicitados nos termos da Lei para fazer os exames, vistorias ou avaliações.
- .8 - **Sinistrado** - Sujeito que sofreu directa ou indirectamente lesão corporal, perturbação funcional de que resultou a morte ou redução da capacidade de trabalho ou ganho por via do acidente.
- .9 - **Doente** - Sujeito que, por motivo de acidente ou doença contraída em serviço, veio a sofrer de uma qualquer enfermidade.

Nota: - . Em processo de averiguações por acidente, ou doença contraída em serviço, a designação a utilizar deverá ser a de ~~%sinistrado+ou %doente+~~

4 É INÍCIO, ORGANIZAÇÃO E ESCRITURAÇÃO DO PROCESSO

a - Termo de Abertura do Processos

Com origem na participação (ou em outro documento) e respectivo despacho .
que ficará a constituir a 1ª folha do Processo - este é iniciado pelo Instrutor através do designado **Termo de Abertura**, identificando :

Exemplo:

Í Aos 17 de Abril de 200_, nesta Vila...Cidade e instalações da Delegação da CVP de....., em cumprimento de despacho do Exmo Presidente da Delegação, exarado na participação que constitui folha um deste processo, apresentada pelo Sr.fiz comparecer perante mim, F...(nome,categoria, graduação, N.º de Identificação., etc.) a prestar serviço nesta..... nas funções de.....), as testemunhas indicadas na referida participação após ter solicitado a sua convocação(ao superior de que funcional e directamente dependerem) dando assim início a diligências com a recolha dos seus depoimentos.-----f

Note-se que:

" Em termos de prazos, a instrução do processo deve iniciar-se, no máximo, dentro de 10 dias, contados desde a data da notificação ao Instrutor do despacho que o mandou instaurar.

" O processo deverá ser concluído no prazo de 45 dias. Este prazo poderá ser excedido quando circunstâncias excepcionais não permitam concluir o processo, facto que terá de ser objecto de proposta fundamentada do Instrutor e de despacho de autorização da entidade que o mandou instaurar.

" O instrutor deve informar a entidade que o nomeou assim como o arguido e o participante, da data em que iniciou a instrução do processo.

b - Cota

Os documentos da correspondência (ou suas cópias), expedidos ou recebidos, sobre actos administrativos ou algumas diligências, que no Processo não interessem à descoberta da verdade dos factos, e que se o integrassem apenas o iriam avolumar, são mencionados por **ÍCOTAÍ** que os identifiquem, inclusive em data e finalidade.

Sem caracter de rigidez de forma, teremos como.

Exemplos:

~~%~~Cota

Em 23 de Março de 2007, através do Ofício n.º 23/JD...solicitou-se à Delegação de.....a comparência nesta.....de F...(identificação completa) a fim de ser inquirido como testemunha no próximo dia...àshoras.....-----

O Instrutor

_____ +

~~%~~Cota

Em 07 de Abril de 2008, por contacto telefónico com o Sr. Presidente da Delegação...confirmou este a audição de declarações do participante F..., na sede da Delegação, no dia 9 do corrente mês, às 09h30, e dos depoimentos das testemunhas F.... e F..., no mesmo dia, respectivamente às 17h00 e às 19h00, conforme convocatórias prévias que já havia efectuado+

O Instrutor

_____ +

Nota: Para preservação de bom nome, honra, privacidade individual ou colectiva, e/ou, do sigilo da Justiça, **deve ser evitada a correspondência por fax ou e-mail** que identifique suspeito(s) ou presumível(eis) infractor(es).

c - Termo de Juntada

A documentação (em original ou cópia autenticada) de prova e de diligências imprescindíveis de constarem em processo será neste integrada por um **Termo de Juntada**.

Exemplo:

~~%~~Termo de Juntada

~~%~~Em 15 de Junho de 2008, junta-se aos autos (ou ao presente processo) a deprecada (ou; relatório, parecer, Defesa [apresentada pelo presumido infractor em resposta à Nota de Culpa que lhe foi deduzida e enviada por carta registada com A/R], etc.) hoje recebida da Delegação ...(do Hospital...do infractor, etc.) e que fica a constituir folhas 23 a ...deste auto (ou, processo) ambas inclusive.-----

O Instrutor

_____ +

d - Termo de Encerramento temporário

No final das diligências possíveis de efectuar diariamente . audições de Declarantes e/ou Testemunhas, eventual audição do participante e do presumido infractor, envio de correspondência, etc. - os Autos e o Processo são encerrados temporariamente, nos seguintes Termos:

Exemplo:

«E porque os citados Voluntários Manuel da Silva e Francisco Araújo só serão presentes nesta....., para serem inquiridos nos dias..... erespectivamente, não tendo, por agora, qualquer outra diligência a efectuar, encerro o presente auto.....»

O Instrutor

.....»

e Ë Reabertura para prosseguimento do processo

O processo reabre-se para ser continuado, após encerramento temporário, em termos simples, mas que mencionam a data, local e motivo:

Exemplo:

%Em 20 de Abril de 200_, nas instalações da Delegação....., continuo o presente processo com a audição dos depoimentos de F.....e de F1..... que haviam sido convocados para esta data. E vindo o primeiro à minha presença, sobre a sua identificação disse.....+

f Ë Quanto às várias peças do processo

Há a ter em consideração que:

.1 - a Participação / Auto de Notícia / Queixa;

- Por norma, devem assumir sempre a forma escrita. Relatar os factos que irão ser objecto de instrução processual, de forma clara e concisa, não permitindo os relatos equívocos. Mencionar as circunstâncias de tempo, modo e lugar - local exacto (e posições relativas dos veículos, no caso da ocorrência de acidente de viação) - em que os factos ocorreram.
- Referir as testemunhas presenciais dos factos, com as respectivas e completas identidades, sem esquecer também a identificação dos intervenientes, quer sejam pessoas, veículos automóveis, ou qualquer outro elemento humano ou coisa.

Note-se que:

Embora tenham, normalmente, a mesma finalidade, os citados documentos apresentam entre si algumas diferenças:

.1.1 - Uma Participação, muito sumariamente, poderá ser a parte dada a conhecer à entidade competente, por um superior contra o seu inferior hierárquico, meramente, para efeitos disciplinares.

É também uma participação, a parte dada por um qualquer membro da CVP sobre factos que presenciou e que pela sua gravidade ou consequências devam ser obrigatoriamente participados.

A omissão do dever de participação faz incorrer todo o Membro da CVP em responsabilidade disciplinar.

O completo apuramento da verdade dos factos exige, por vezes, que o participante seja ouvido em auto de declarações.

.1.2 - Auto de Notícia, por sua vez será um documento onde o seu autor, por escrito, dará conhecimento de factos não presenciados por si e que face à Lei e aos regulamentos da CVP, sejam passíveis de apreciação superior. Normalmente, serão documentos da autoria do pessoal nomeado de serviço sobre ocorrências que lhe foram transmitidas por outrem, tendo assim conhecimento das mesmas de forma indirecta.

.1.3 - A Queixa é uma espécie de acção destinada a provocar o inquérito aos actos que o queixoso considere lesivos dos direitos ou interesses legítimos, e a promover o eventual procedimento disciplinar.

Na prática, a queixa vem denunciar a um superior hierárquico a existência de uma situação ilícita que àquele cumpre averiguar e decidir e que de outro modo poderia passar sem que contra o seu agente se exercesse qualquer espécie de acção.

.2 - Auto de Declarações, do Presumível Infractor, Sinistrado ou Doente

- Este auto consiste na recolha das declarações que qualquer um dos citados indivíduos produza perante a inquirição levada a efeito pelo Instrutor. Tem como objectivo os factos que originam o processo, e;

.2.1- Inicia-se com a recolha da identificação completa do presumível infractor, sinistrado ou doente;

.2.2- Prossegue-se instando o presumível infractor, sinistrado ou doente, a depor, objectivamente, sobre os factos que originaram o levantamento do processo.

Note-se que:

Ainda que seja facultada, ao declarante, a exposição livre dos factos, deve o Instrutor evitar, ou mesmo não permitir que o declarante se desvie dos pontos fundamentais que urge esclarecer, visto que é fundamental obter-se um conhecimento, tão perfeito quanto possível, sobre, o grau de culpabilidade / inocência na infracção cometida, (e intencionalidade / culpa / responsabilidade sobre os factos que estiveram, real ou supostamente, na origem das suas lesões ou enfermidades).

.3 - Auto de Inquirição de Testemunhas

- Este auto consiste na recolha do(s) depoimentos das pessoas que satisfaçam a necessária qualidade jurídica (ver Nota abaixo), imposta pela lei geral, e que, não tendo interesse directo no processo, possam contribuir com o conhecimento objectivo dos factos, para o seu completo esclarecimento.
- Toda a pessoa que depõe, como testemunha, tem de ser obrigatoriamente ajuramentada, sem o que qualquer depoimento realizado nesse sentido, é nulo e de nenhum efeito.

.3.1 É Procedimentos do Instrutor:

- Quando as testemunhas não forem indicadas no documento de origem do processo, ou o estejam de forma incompleta ou insuficiente, deverá / poderá recolhê-las ao longo da instrução, através dos vários depoimentos ou declarações registadas nos autos;
- Deve sempre inquirir, as testemunhas, separadamente, e por forma a que não seja possível estabelecerem contactos entre si, até que termine a audiência de todas elas;
- Deve, não só ouvir o que a testemunha tem para dizer, como também interrogá-la, com perguntas planeadas e deduzidas do estudo do documento de origem, no sentido de esclarecer o mais possível todos os factos que rodearam o acontecimento que se pretende esclarecido;
- Deve utilizar modos e linguagem sóbrios e claros, com expressões e palavras / frases compreensivas para o grau de desenvolvimento e habilitações da testemunha, relegando o inútil e procurando o essencial;
- Não deve impedir que a testemunha, se o pretender, dite o seu depoimento, porém, deve intervir sempre que queira esclarecimentos. Quando assim acontecer, o Instrutor do processo dará fé de tal facto nos autos e fará escrever o seu depoimento com o maior rigor.
- Nunca deve utilizar forma rude, irónica, acintosa, ou de familiaridade nos interrogatórios;
- Terminada a audição de testemunha, o depoimento ser-lhe-á lido em voz alta pelo Instrutor, podendo então a testemunha esclarecer partes que considere obscuras, ou de sentido rigoroso, para além de poder emendá-las, aumentá-las ou diminuí-las. Quando assim suceder o Instrutor mencionará o facto logo a seguir ao fim do depoimento inicialmente produzido e procederá de novo à sua leitura. A testemunha, então, achando o seu depoimento correcto, ratifica-o e assina-o.

- Nota:** - Em caso de dúvida consultar os Artº. 131º a 133º do C.P.P. que referem: a capacidade, dever, direito e impedimentos do depoimento das testemunhas.
- As pessoas que obedecem aos requisitos legais para assumir a qualidade jurídica de testemunha serão identificados nos autos, de forma completa, após o que deverão formalizar o seu juramento que obedecerá à única e seguinte forma a partir de DL 78/87 de 17FEV (Artº. 91º do C.P.P.) - **Í Juro, por minha honra, dizer toda a verdade e só a verdade .**

.4 - Auto de Acareação

- Este tipo de auto surge quando o Instrutor se vir confrontado com depoimentos testemunhais antagónicos, ou versões opostas relativamente aos factos ocorridos;
- .4.1 - Sempre que haja oposição directa acerca de determinado facto entre os depoimentos das testemunhas, ou entre eles e as declarações do infractor, proceder-se-á à Acareação das pessoas em contradição, colocando-as perante o Instrutor a quem exclusivamente responderão, após terem sido confrontadas com as incoerências ou contradições dos seus depoimentos anteriores.
- .4.2 - Neste tipo de diligência, impõe-se ao Instrutor que na prossecução da verdade, tenha ponderação e uma actuação bastante activa e interventora.
- .4.3 - A recolha de tudo o que viu e ouviu permitirá ao Instrutor elaborar o Auto de Acareação que será assinado pelas testemunhas, bem como pelo Instrutor (e pelo Escrivão, se houver).

.5 - Deprecada

- A audição de uma qualquer pessoa interveniente num qualquer processo, que esteja ausente, ou distante, das instalações da Organização ou Serviço onde o processo corre seus termos, ou quando alguma diligência com interesse para a instrução processual se torne necessária, o Instrutor procede através de uma deprecada.
- .5.1- Depois de relatar em documento . carta precatória - o que pretende que lhe seja comunicado e (ou) esclarecido, o Instrutor envia através de ofício (de preferência com registo de correio) o pedido para a entidade que superintende disciplinar ou administrativamente sobre a pessoa a ouvir, ou então para a entidade que possa satisfazer o esclarecimento citado;
- .5.2- A entidade receptora, se da audição se tratar, deve sempre cumprir com o formalismo legal inerente a cada acto processual praticado . nomear instrutor e proceder a convocatórias.

.6 - Peritos

Os peritos devem ser nomeados consoante as matérias de que, no Processo, se necessita exame pericial e se possível dentre o Pessoal existente na Instituição.

- .6.1- O Instrutor, requisita-os ao superior de que dependem, (e através da entidade competente da CVP), indicando o dia, hora e local da diligência a efectuar assim como a natureza das funções que lhes irão ser cometidas.
- .6.2 - Os peritos, desde que nomeados e antes de iniciarem as diligências para que foram convocados, prestam, perante o Instrutor o juramento de compromisso legal nos termos do DL 78 / 87 de 17FEV (Artº 91 do C P Penal): **Í Comprometo-me, por minha honra, a desempenhar fielmente as funções que me são confiadasÍ,** precedendo assim o seu parecer técnico (de como crêem, face aos elementos analisados, que determinado facto / evento tenha ocorrido) que, após a sua elaboração em relatório, será devidamente assinado e incluído no processo.

.7 É Nota de Culpa

- ¶ No Processo Disciplinar (instaurado de forma directa - quando objectivamente existe(m) facto(s) (ou omissão) infraccionais e foi identificado o infractor culpável por prova testemunhal ou documental - ou que resulte da conversão do inicial Processo de Inquérito/Averiguações) procede-se da seguinte forma:
- .7.1 - Logo que o Instrutor considere que a investigação deve ser dada por finda, deverá formular um juízo sobre toda a prova reunida (carreada para) nos autos e **concluirá pela existência, ou não, de infracção disciplinar** [e neste caso, se da matéria constante nos autos não se apura qualquer indício disciplinar, encerrará os autos e o processo . com **termo de encerramento É elabora o Relatório onde justifica e Conclui considerar extinta a responsabilidade disciplinar**, e, propõe o arquivamento do processo. Procede à entrega deste com **Termo de Entrega**].
- .7.2 - Se vier a concluir pela existência de matéria indiciária bastante de existência de infracção disciplinar, **deve então formular a acusação** que será traduzida, por escrito, na designada **Nota de Culpa**, em que são descritos os **factos concretos e precisos**, assim como as circunstancias de modo, lugar e tempo em que os mesmos ocorreram, (de tal forma que **não possam conter imputações vagas, genéricas ou abstractas**) e mencionar, com rigor, quais os **deveres violados**, identificando-se quais **os artigos** (e alíneas destes), dos regulamentos ou legislação infringida.
- .7.3 - O instrutor, notificará e entregará um original da Nota de Culpa ao presumido infractor (arguido), (ou procede ao seu envio por carta registada com aviso de recepção . A/R-conferindo-lhe o prazo de 10 dias para a apresentação, por escrito, da sua defesa incluindo a indicação de quaisquer meios de prova e testemunhas.
- .7.4 - No ofício de notificação da acusação, a que anexar a Nota de Culpa, deve o Instrutor advertir o infractor que a ausência de resposta de defesa, no prazo estipulado, será tida como recusa da sua apresentação.
- .7.5 - O instrutor, lançará e integrará no processo, por Termo de Juntada, as cópias, do ofício de notificação da acusação e da Nota de Culpa (que lhe anexa) e que foi entregue ou enviada por correio ao infractor.

Note-se que:

- “ A formulação da acusação não implica obrigatoriamente que se deva considerar o %arguido+ como culpado. Pelo que, adentro da Instituição, preferível é identificá-lo como %**presumível infractor**Í.
- “ As insuficiências e inexactidões processuais, e, muito particularmente, os termos vagos, imprecisos ou abstractos em que a acusação seja formulada podem implicar a sua nulidade e a **consequente anulação do processo** (a partir da acusação) e portanto a anulação do eventual despacho punitivo que tenha havido. Constitui-se assim uma **nulidade insuprível**. Poderá suceder que, formulada a acusação, ainda que de modo genérico, o arguido compreenda perfeitamente o âmbito desta e os factos infractores que se lhe imputam. Neste caso, se o arguido entendeu a matéria de acusação, ainda que no seu aspecto genérica, não deixou de estar em condições para o exercício do seu direito de defesa, pois que, não obstante o teor expresso da acusação, ele próprio poderá %acatar+a matéria que lhe é imputada. Então, neste caso não se verifica a nulidade do processo.

.8 É Defesa do presumido infractor (arguido)

Caberá ao presumido infractor, depois que lhe tenha sido formulada e entregue a acusação e tendo em vista o princípio do contraditório, apresentar, caso o pretenda, a sua defesa.

Poderá, assim, no todo ou em parte, contrariar os termos da acusação dentro do prazo legal e regulamentar de que dispõe para o fazer.

Deve expor, de forma clara, os factos e as razões pelas quais realiza a impugnação da acusação.

Note-se que:

- .8.1 - A defesa não pode conter matéria estranha à acusação, nem sequer matéria que não seja necessária à defesa.
- .8.2 - Ao arguido, em abono das suas garantias de defesa, é-lhe permitido realizar a discussão da prova apresentada na acusação e apresentar, por outro lado, a prova daquilo que sustentar na sua defesa.
- .8.3 - Assim poderá o arguido, conjuntamente com o documento, resposta à Nota de Culpa, referir fontes documentais existentes nos serviços, requerer diligências e indicar testemunhas para sustentar o teor da sua defesa.
- .8.4 - O Instrutor deverá, obrigatoriamente, conhecer das alegações produzidas pelo arguido e realizar as diligências que tenham surgido na mesma, desde que sejam tendentes à obtenção de dados que melhor permitam determinar a realidade em que os factos ocorreram.
- .8.5 - Se o arguido, eventualmente, não responder à notificação da acusação, traduzida na Nota de Culpa, no prazo estipulado pelo Instrutor, deixando assim de levar à prática a sua defesa, **deve concluir-se** (salvaguardado pelo acima dito em .7.2) **que nada deseja opor aos termos de acusação, devendo o processo prosseguir até ao seu termo.**
- .8.6 - O arguido, de posse da Nota de Culpa, poderá solicitar ao Instrutor que lhe seja concedida a passagem de certidões de peças do processo para organizar a sua defesa.
Esta situação é perfeitamente natural pela necessidade que o arguido tem de saber em que se baseou o instrutor para o acusar, sendo uma diligência legal.
- .8.7 . **Não obstante a natureza confidencial do processo**, até à decisão da acusação ou do seu arquivamento, **não é impedida a sua consulta pelo presumido infractor, pelo participante** (ou titular de interesse directo nos factos) **ou pelos advogados do arguido que o representem**, quando autorizada pelo Instrutor (por requerimento), **caso não exista inconveniente para a instrução.**

.9 É Termo de Encerramento (final)

Uma vez efectuadas/terminadas todas as diligências processuais necessárias (ou possíveis), e que habilitam o Instrutor a apurar e concluir, ou não, sobre a existência de indício(s) e/ou prova(s) de violação dos normativos/regulamentos em vigor, o Instrutor lança no processo o seu termo de encerramento. **O qual antecede o Relatório, final, com Conclusões e Proposta(s).**

Exemplos:

“ Por esta forma dou por concluído o presente auto (ou processo) de averiguações que vai por mim assinado, pelos presumidos infractores e pelas testemunhas, a quem, na parte respectiva, foram lidas as declarações que prestaram.-----

O Instrutor

-----+

“ Como se não torna necessário aguardar que... encerro este processo disciplinar que vai por mim assinado e por todos quantos nele intervieram, com excepção de...F que à data se encontrava incapacitado para o fazer.-----

O Instrutor

-----+

.10 É Relatório e Conclusões

Terminada a fase de instrução do processo propriamente dito, cumpre ao Instrutor elaborar o Relatório (que no processo de averiguações/inquérito, conforme já foi referido, proporá, mediante o que foi concluído, o arquivamento do processo, ou, que este passe a Processo Disciplinar).

Assim, no **Relatório** final (único se o processo instaurado foi directo iniciando-se como *disciplinar*) o Instrutor:

.10.1 - Procede à reprodução sintética, rigorosa e clara de todos os factos relevantes colhidos ao longo da instrução [*tendo o cuidado necessário de referir as folhas (ou verso destas) e linha(s) dos autos a que respeita cada facto mencionado*];

.10.2 - Ainda que em síntese, têm de fazer constar todos os elementos necessários à formulação da decisão de despacho da entidade que ordenou a instauração do processo [assim como nele se abordará o parecer dos peritos (a não ser que a matéria sujeita a peritagem, pela sua elevada especialização, fuja de todo à possibilidade do Instrutor se lhe referir)];

Note-se que:

; O Relatório deve ser elaborado em folha independente das folhas que constituem a instauração do processo;

; No Relatório deve ainda ser referido se existe, ou não, qualquer outro tipo de processo (acidente de viação, ou, desastre em serviço, etc.) que esteja a decorrer sobre os mesmos factos, assim como, em termos de parecer se discorrerá acerca da culpabilidade do condutor, sinistrado ou doente, etc.).

No Relatório, finda a redacção identificadora dos factos, o Instrutor procede às suas **Conclusões** (que mais não são que o sumário daquele), identificando, pondo em evidência e referenciando:

.10.3 . Os Factos provados

.10.4 . Os Factos não provados

.10.5 . Os artigos (e alíneas destes) dos **Diplomas legais infringidos e/ou dos regulamentos ou normativos da CVP** deles decorrentes (Estatutos CVP, decorrente Regulamento de Disciplina CVP e Código de Conduta Ética; Código do Trabalho, etc.)

.10.6 . As **Circunstâncias Atenuantes, e/ou Agravantes** (exclusivamente as previstas no Reg. Disciplina da CVP);

.10.7 . A **pena a aplicar** que se lhe afigura adequada (em função da culpa e das exigências de prevenção, e, que seja, também, proporcional à qualidade e gravidade da(s) infracção(ões) [*face ao que lhe foi dado apurar e concluir quanto à existência desta(s) e tendo em conta as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes que existem*]).

.10.8 - ou, se concluiu como infundada a acusação, propõe que os autos/processo seja arquivado.

Note-se que:

~ Consideram-se como provados, os factos confirmados pelas Testemunhas, Declarantes ou Peritos, ou ainda por qualquer outro meio de prova, considerado idóneo;

~ São os factos provados que, são passíveis de serem violadores de quaisquer normativos estabelecidos, manifestando assim uma conduta ilícita, ou que caracterizam uma qualquer situação que seja contemplada em Diploma legal que regula a matéria que é objecto de processo (por ex. . Código da Estrada; Portarias sobre Transporte de Doentes, etc.);

~ Uma vez finda a instrução do processo, lavrado o Termo de Encerramento, e, elaborado o Relatório com as respectivas Conclusões - o que deve ser efectuado no prazo de 5 dias - o Instrutor, procede à sua entrega . lavrando o Termo de Entrega.

O processo, deverá ser remetido, dentro de 24 horas, à entidade que o mandou instaurar, a qual, após sua análise acaso conclua não ser competente para sobre ele decidir, o deve enviar à entidade superior dentro de 48 horas.

.11 É Termo de Entrega

Uma vez que o Processo esteja pronto o Instrutor deve fazer lançar nele (no final após o terminus do Relatório) um termo pelo qual se verifique a data em que é entregue na Secretaria (ou Gabinete da entidade que ordenou a sua instauração).

Exemplo:

Í Termo de Entrega

Aos 17 de Julho de 2008 faço entrega do presente Processo de Averiguações na Secretaria da...(ou - pessoalmente ao Exmo Presidente da Delegação, conforme suas instruções específicas).

O Instrutor

5 É DECISÃO E DESPACHO FINAL

A **decisão** sobre qualquer processo é proferida mediante despacho (da entidade com competência disciplinar para tal), escrito e fundamentado e deverá ser lavrado no próprio auto, ou junto ao mesmo, imediatamente a seguir ao termo de Encerramento da instrução, ou da entrega do processo.

No despacho da Decisão deverá constar:

- .5.1- Se o processo é arquivado por falta de prova de culpabilidade do presumido infractor/arguido, pela inocência deste, ou, por extinção do procedimento disciplinar;
- .5.2 - Se foi provada a responsabilidade do infractor/arguido, e neste caso, a sua punição;
- .5.3 - Ou, se o ilícito cometido é de natureza criminal, transcendendo o âmbito disciplinar de competência na CVP.
- .5.4 - O despacho decisório, se punitivo, deverá descrever de forma perfeitamente compreensível os factos praticados . data, hora, local, circunstâncias, agravantes e atenuantes, e, referir os deveres infringidos (artigos dos Estatutos, dos Regulamentos ou normativos , directivas ou instruções) correspondentes aos mesmos factos.

Do teor deste despacho resulta a redacção da punição e pena a aplicar que, deve ser feita de forma **simples, precisa e concisa**.

- .5.5- A decisão será sempre objecto de conhecimento hierárquico superior e **a aplicação das penas terá divulgação conforme prescrito no Regulamento de Disciplina da CVP.**

A punição terá documento de registo e será arquivada no Processo Individual do membro da CVP . (que existir nos diferentes níveis hierárquicos - na Delegação/Serviço/Estrutura, e, forçosamente nos Serviço de Recursos Humanos da Sede da CVP), salvo decisão superior e competente em contrário.

6 É NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO

O infractor será notificado - no prazo de 48 horas - (mediante notificação pessoal ou, não sendo esta possível, por carta registada com aviso de recepção) . **da decisão do Processo Disciplinar** que contra si decorreu.

7 É TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

“ A tramitação dos Processos de Averiguações/Inquérito e/ou Disciplinares, insere-se na cadeia da Direcção da CVP, que se fundamenta nas respectivas entidades hierárquicas, por ordem decrescente:

- Direcção Nacional
- Presidente Nacional
- Delegado Regional
- Presidente de Delegação local
- Responsáveis pelos Serviços Centrais e Autónomos

“ O Processo, poderá requerer o seu imprescindível envio, à entidade hierárquica superior com competência disciplinar, para sua apreciação e/ou decisão, e, para o exercício da faculdade prescrita no n.º 7 do artigo 16º do Regulamento de Disciplina da CVP.

“ O **arquivo do Processo** (ou de seu excerto superiormente autorizado) será processado conforme determinação superior, podendo efectuar-se (por solicitação ou proposta) na Delegação/Serviço/Estrutura (com a devida segurança/sigilo de Arquivos), **sendo imprescindível o conhecimento deste local de arquivamento** por parte dos Serviços de Recursos Humanos da Sede da CVP.

8 - COMPETÊNCIAS DISCIPLINARES

Quadro Anexo I

9 É Procedimentos na elaboração e escrituração do Processo

Anexo II

10 É MODELOS

Anexo III

ANEXO I

COMPETÊNCIAS DISCIPLINARES (Artigo n.º 16 do Regulamento de Disciplina da CVP)

Punições

<i>Entidade</i>	<i>Competência para aplicar as Penas de</i>	<i>Observações</i>
1 - Direcção Nacional	<ul style="list-style-type: none">- Admoestação.- Expulsão <p>(antecedidas, ou não, de Suspensão) [conforme Estatutos e Reg. Disc. CVP]</p>	Poder de delegação de acordo com o constante nos Estatutos e no Reg. de Disciplina da CVP
2 - Presidente Nacional	<ul style="list-style-type: none">- Admoestação.- Expulsão <p>[antecedidas, ou não, de Suspensão – art.º 8º e art.º 13º, n.º 2, alínea - m) dos Estatutos] – <u>e com os efeitos</u> previstos no art.º 15º do Reg. Disc. CVP.</p>	Competência delegada, e Poder de Subdelegar: <ul style="list-style-type: none">- nos Delegados Regionais;- nas Direcções das Delegações locais;- nos Responsáveis dos Serviços.
3 - Delegado Regional	<ul style="list-style-type: none">- Admoestação.	Competência subdelegada
4 – Direcção da Delegação Local	<ul style="list-style-type: none">- Admoestação.	Competência subdelegada
5 - Responsáveis dos Serviços centrais e autónomos	<ul style="list-style-type: none">- Admoestação.	Competência subdelegada

ANEXO II

Procedimentos na elaboração e escrituração do Processo

Na elaboração e escrituração de um **Processo**, deve observar-se o seguinte:

- 1- A capa dos processos deve ser de papel mais consistente do que as folhas de auto que o integram, de preferência, em papel do tipo da cartolina.
- 2- No rosto da capa, **indicar-se-á sempre**: Cruz Vermelha Portuguesa, e a **estrutura orgânica** onde o processo é instaurado (ex. Delegação local de ..., ou Unidade ...Equipe...etc.) bem como a **especificação do processo** (ex. Averiguações, Disciplinar, etc.; o seu número . com algarismo árabe - de registo em livro próprio) e a **identificação do infractor / arguido / averiguando ou doente**, e, ainda a **identificação do Instrutor**.
- 3- A capa, folhas e outras peças do processo devem ser agrafadas ou presas por ferragens próprias na lombada, de forma a que nenhum documento ou parte do processo possa ser perdido.
- 4- A elaboração dos autos que compõem cada processo , que de preferência devem ser dactilografados, terá lugar em folhas de papel A 4.
Se manuscritos . com o cuidado de o serem em letra perfeitamente legível e com tinta azul ou preta - convém utilizar papel almaço de 25 linhas (ou, folhas do modelo aprovado pela Direcção da CVP, ou sua reprodução, com linhas numeradas).
- 5- **As linhas dos autos** que por qualquer motivo ortográfico **não sejam completamente escritas** até à linha de margem direita, ou que sejam linha de intervalo . **devem ser trancadas**. Trancados serão também os espaços das folhas parcialmente escrituradas, e, ou os seus versos em branco não utilizados- de forma a que nada seja indevidamente escriturado ou alterado no sentido do texto.
- 6- Quando acontecer a necessidade de **entrelinhar, rasurar ou emendar** quaisquer palavras e desde que não possam ser ressalvadas, imediatamente a seguir às palavras que se escreveram de forma errada (**exemplo: %o arguido encostrava-se, digo, encontrava-se de costas..+**) **devem realizar-se tais ressalvas ou emendas, no fim do termo**, ou do auto, que se está a executar, **sempre antes das assinaturas** (do instrutor, declarante, testemunha, ou arguido, e pelo escrivão).
- 7- **Todas as folhas dos autos e de quaisquer documentos** que se lhe juntem . em Termo de Juntada - **serão numeradas e rubricadas pelo Instrutor** (e pelo Escrivão, se o houver).
- 8- **No fim de cada diligência os autos serão sempre assinados pelo Instrutor, pelo interveniente** (declarante, testemunha, arguido) a que diz respeito a diligência, (e pelo escrivão, se o houver) de acordo com esta ordem.
- 9- **Cada uma das peças do processo deve ser rubricada lateral e transversalmente pelo interveniente a que a diligência diz respeito, em todas as folhas que contenham os seus depoimentos e que não sejam aquelas onde o interveniente irá apor a sua assinatura**, o que fará sempre no final de cada diligência.

- 10- No caso de se verificar algum engano na numeração, ou de se tornar necessário juntar aos autos algum documento superveniente, **dever-se-á, corrigir a numeração existente**. Utilizar-se-á como meio, **riscar o número anteriormente existente, substituindo-o pelo novo número** a que cada folha respeite. Alteração que o instrutor rubrica.
- 11- Nos autos, podem utilizar-se abreviaturas e siglas sempre que tenham um significado perfeitamente conhecido e inequívoco. Caso contrário, **só devem ser utilizadas depois de identificadas em correspondência** (ex. *%Telemóvel, doravante neste referido como TM-4*).
- 12- **As datas e os números são escritos por algarismos** prescindindo-se que sejam escritos por extenso. **Excepto quando se revestem de grande importância no processo** (ex. *quantias vultuosas de dinheiro*) ou quando para agilizar a leitura processual seja útil a escrita numérica e por extenso.
- 13- Quando o interveniente, arguido, declarante ou outro, por qualquer motivo anormal não puder rubricar e assinar as folhas e no final das suas declarações ou depoimentos, deste facto se dará fé no final da diligência . utilizar-se-á a forma de suprimento prevista na Lei . [ex.: *% lido o seu depoimento o achou conforme, ratificou e não assina por não saber escrever . ou por outra qualquer razão . (ex.: por ter a mão engessada, etc.)*].
- 14- **Todos os processos, pela urgência na oportunidade de aplicação da Justiça, têm normalmente um prazo estipulado para o seu início e conclusão**. Como se tornam necessárias várias diligências para se conseguir uma instrução eficaz à procura da verdade material do objecto do processo, tarefas estas que não são possíveis efectuar num único dia, o que sucede é o processo ter de ser encerrado e reaberto uma ou mais vezes. Assim, sempre que, diariamente, se tenha que encerrar os autos, deve elaborar-se um **termo de encerramento**, datado e que é assinado pelo Instrutor (e pelo Escrivão, se existir).
- 16- De modo igual se procederá na reabertura do processo - acto precedido de **um termo de abertura**, que mais não é que a redacção tradutora do que leva à sua continuação - e tem de indicar expressamente, a hora, dia e local em que tal abertura sucede.
- 17- Caso sejam recebidos documentos que não necessitem de se integrar no Processo com um Termo de Juntada, **ou haja algo a mencionar mas que não seja indispensável à continuação do processo**, bastará mencioná-lo através de uma Cota.
- 18- Findo os autos e o processo, haverá ainda lugar para mais **dois termos**: o de **Encerramento** definitivo e o de **Entrega**.
- 19- No **Termo de Encerramento**, definitivo, no fim do processo, deve indicar-se o dia, e o local que assinalam o fim da sua execução.
Lavrado este termo, o Instrutor assina o Processo (juntamente com o Escrivão, incumbindo a este último dar fé de que tudo o que nos autos se passou, foi, na verdade, de acordo com o que nele fica referido).
- 20- O **Termo de Entrega** deve assinalar a entidade a quem o auto vai ser entregue, assim como o dia e local em que a mesma se realiza. De seguida, o Instrutor apõe a sua assinatura no fim do termo.
- 21- A **substituição do Instrutor do Processo**, por motivo justificável ou de força maior, terá que ser sujeita ao despacho superior de quem o nomeou e é lançado termo no auto, com a identificação e data de quem substitui quem, e quando. Semelhante procedimento haverá no caso da substituição do Escrivão, se o houver

Após a entrega, o Processo seguirá a sua tramitação, já referida no presente Guia.

Modelos de Processos

Erro!



(Modelo de Capa de Processo)

Processo n.º ____/____ de ____ *(Averiguações/Inquérito, ou, Disciplinar)*

Instaurado a : _____ *(identificação completa do Membro da*

CVP, e se é Voluntário e/ou Funcionário, etc.)

da _____ *(Estrutura: Delegação, Unidade, Serviço Departamento, etc.)*

Instrutor: _____ *(identificação completa)*

Data: ____ / ____ /200X

*Despacho**Ao Sr.....**Para proceder a averiguações e elaborar o respectivo Processo.**Em...../-----/.....*O (Presidente da Delegação / Chefe
de.....)

.....

Participação

Participo a V. Ex^a que em (data / hora / local),(quando no decorrer de,.....no
desempenho das funções de..... etc.) os
Socorristas (categoria, N.º de Identificação, nome completo, que presta serviço
na.....

(Descrição da ocorrência)

.....

Testemunharam os factos ocorridos o (a).....
, e o (a).....

Delegação da CVP de,dede.....

O participante

(assinatura)

.....

(identificação completa, categoria, funções)

Aos____(dias) do mês de _____de_____(ou, ~~Nesta mesma data~~) foram presentes as testemunhas constantes da Participação.

E vindo a primeira, sobre a sua identidade disse chamar-se (nome)_____

_____ ser (estado civil), (idade), (naturalidade), e ser (Voluntário, Socorrista X Classe, NI..... admitido em___/___/___) (Funcionário contratado a termo_____ desde_____/_____/_____) a prestar serviço nesta_____.-----

Jurou pela sua honra e pela sua consciência que havia de dizer toda a verdade e só a verdade.-----

Inquirido sobre a matéria da participação disse:-----

Que_____

Que_____

E mais não disse. E sendo-lhe lido o seu depoimento (ou declarações que produziu) as achou conformes, ratificou e vai assinar.-----

O Instrutor

A Testemunha

E sendo presente a segunda testemunha, sobre a sua identidade disse chamar-se (nome)_____

_____ ser (estado civil), (idade), (naturalidade), e ser (Voluntário, Socorrista X Classe, NI..... admitido em___/___/___) (Funcionário contratado a termo_____ desde_____/_____/_____) a prestar serviço nesta_____.-----

Jurou pela sua honra e pela sua consciência que havia de dizer toda a verdade e só a verdade e aos costumes disse ser amigo de longa data, há 10 anos, do **F**_____ (*presumido infractor*) mas que tal facto não o impedia de ser imparcial e dizer toda a verdade quanto ao que viu e ouviu.-----

À matéria da participação declarou:-----

Que_____

Que_____

Que_____

Perguntado sobre_____ respondeu que:-----

_____.-----

Mais fez questão de declarar que_____

_____.

E mais não disse nem lhe foi perguntado. E sendo-lhe lidas as declarações que proferiu, as achou conformes, ratificou e vai assinar. -----

O Instrutor

A Testemunha

Relatório*(Descrição sumária da ocorrência e dos factos)*

1. No dia____do mês_____de_____às_____(horas) no local de _____constatou-se que _____facto_____
que_____vindo a _____
2. O F.____face a tal atitude reagiu_____

_____.
3. Em consequência o **FD**_____, que a tudo havia assistido_____

_____.

_____.
4. Foi nesse momento que_____
_____.

_____.
_____.
_____.
_____.
5. etc. _____
_____.

_____.
6. etc. _____
_____.
7. etc. _____
_____.

Conclusões

De tudo o que me foi dado ouvir e ficou escrito nestes autos, concluo que:

1. Quanto ao Voluntário (Socorrista, e/ou, Funcionário), (nome)_____

a . Factos provados:

b . Factos não provados:

c . Circunstâncias atenuantes:

d . Circunstâncias agravantes:

2. Quanto ao Voluntário Socorrista NI. _____(nome)_____

(acaso exista mais do que um presumível infractor)

a . Factos provados:

b . Factos não provados:

c . Circunstâncias atenuantes:

d . Circunstâncias agravantes:

Delegação / Serviço, _____ em _____ de _____ de 200__

O Instrutor

Termo de Entrega

Em ____ de _____ de ____ faço entrega, na Secretaria da Delegação, do presente Processo de Averiguações, para Despacho superior.

O Instrutor

Erro!



(Modelo de Capa de Processo)

Processo n.º ____/____, *Disciplinar*

Instaurado a : _____ (*identificação completa do Membro da CVP, e se é Voluntário*)

da _____ (*Estrutura: Delegação, Unidade, Serviço Departamento, etc.*)

Instrutor: _____ (*identificação completa*)

Data: ____ / ____ /200X

margem	<p>Cruz Vermelha Portuguesa</p> <p>(Delegação Local de...ou, Departamento, ou Serviço, ou Unidade...Grupo...ou Equipe)</p> <p><i>Despacho</i></p> <p><i>Ào Sr.</i></p> <p><i>para proceder às devidas averiguações</i></p> <p><i>e elaboração do respectivo Processo Disciplinar</i></p> <p><i>O Presidente</i></p> <p>.....</p> <p><i>16 de Abril de 2007</i></p> <p>Participação</p> <p>Participo a V. Ex^a que o Í FÍ (categoria, graduação, N.º de Identificação., etc.- nome.....) que se encontrava convocado para o serviço depara hoje, dia.....(data/hora).....não compareceu para o efectuar, como devia e lhe havia sido comunicado, por via telefone, pelo Í F-1Í, segundo minhas instruções do dia, com antecedência suficiente para informar o seu Chefe da Equipe que integra, o Í F-2Í, acaso lhe fosse impossível.</p> <p>Mais participo que Í FÍfoi visto no café do bairro, %anabela+, pelo seu colega Í F-3Íprecisamente no dia, data e hora, para que se encontrava escalado e para que fora convocado em estado de saúde que aparentava ser pleno.</p> <p>O Í FÍapresentou-se neste.....emdata/hora e não deu qualquer justificação da sua falta ao seu Chefe de Equipe, nem a comentou, que se saiba, com qualquer outro colega, nomeadamente com o Í F-5Í que veio a prejudicar por ter de avançar como reserva a desempenhar aquele serviço.</p> <p>São testemunhas:</p> <p>F . 1..... (categoria, graduação, N.º de Identificação., etc.- nome</p> <p>F . 2.....(idem)</p> <p>F . 3.....(idem)</p> <p>Junto anexo a esta participação fotocópias da escala de serviço de (*)....., bem como do registo de chamadas de convocação para os serviços (*) desta.....[ou outra documentação como por exemplo - %Determinação da Direcção da Delegação, de 13Mar06 (*)], por mim rubricadas por estarem conformes com os originais.</p> <p>Instalações em (ou, local, localidade).....data.....</p> <p>O Participante</p> <p>Í P Ê 4Í . M.....da Sil.....S.....</p> <p>(ou Director...ou Chefe do Grupo.....Comandante, etc.)</p>	<p>margem</p> <p>n.º de folha do P.º</p> <p>1</p> <p>rubrica do Instrutor</p>
--------	--	--

Cruz Vermelha Portuguesa

Delegação de
Unidade de.....

Escala de Serviço de _____ do dia _____ / _____ / _____

(anexa da participação)

Cruz Vermelha Portuguesa

Delegação de
Unidade de.....

Registo de chamadas de convocatórias para serviço

(anexo da participação)

PROCESSO DISCIPLINAR

Aos 17 de Abril de 2007, nesta (Vila...Cidade e *(local...Delegação...instalações)*, em cumprimento de despacho do Exmo.....exarado na participação, a folhas um e cujos anexos constituem folhas 2 e 3 deste processo, apresentada pelo Sr. **IP Ë 4+**....., fiz comparecer perante mim, *(nome, T.....D..... B.....categoria, graduação, N.º de Identificação., etc.)* a prestar serviço nesta nas funções de..... *(ex. : Delegação, etc.)* as testemunhas indicadas na referida participação após ter solicitado a sua convocação ao*(ao superior de que funcional e directamente dependerem)* dando assim início a diligências com a recolha dos seus depoimentos.-----

E vindo a **primeira testemunha, FÊ1**.....que devidamente identificada disse chamar-se.....ser filho de..... e de.....ser natural de.....Freguesia.....Concelho.....estado civil..... *(solteiro, casado, divorciado)*, deanos de idade e ser operador da Central Telefónica destanestas funções desde *(data)*.....Jurou *(por Deus)* e/ou pela sua honra dizer toda a verdade e só a verdade e aos costumes disse nada *(ou, que conhecia o F . infractor, mas que não tem por ele qualquer grau de amizade ou inimizade, ou que é amigo...mas tal não o impede de dizer toda a verdade)*.-----

Interrogado sobre os factos que deram origem ao presente processo, disse que:-----

- Segundo instruções do Sr. **P Ë 4**..... no dia ... às.....H.....estando ele de serviço na Central telefonou ao **F**.....a convocá-lo conforme lhe fez saber..... e constava da escala de serviço para a próxima semana.....ao que o **F**..... lhe respondeu que podiam contar com ele pois não tinha qualquer problema;-----

- Transmitiu ao Sr. **F Ë 2**..... tudo o que o **F**..... lhe havia dito, pois que tinha que consolidar a escala para a próxima semana.-----

- Perguntado sobre se veio a saber , pelo **F**..... ou por qualquer outro colega se este tinha referido, em termos de justificação, algum motivo pelo qual não compareceu ao serviço no dia....., disse que não e nada ouviu, a não ser da boca do **F Ë 5**..... que lhe disse que o **F**..... ~~veio~~ o havia tramado, pois que, ainda que estando de reserva não contava ter de entrar de serviço.....logo naquele dia+-----

Disse ainda que.....

- Perguntado se sabia.....respondeu negativamente.-----

- Perguntado disse que: constava-lhe já ser a segunda vez que o **F**..... tem este procedimento, dizendo que garante o serviço e depois falta e não dá qualquer justificação a ninguém, nem aos superiores, nem pede desculpa sequer aos colegas que prejudica, e o serviço também, mas não pode dar a confirmação se é a segunda vez, ou se o **F** foi useiro e vezeiro durante este mês em faltar. Isto porque entretanto entrou de férias. Mas para se «saber bastará consultar a escala e.....

E mais não disse, nem lhe foi perguntado. E sendo-lhe lido o seu depoimento, achou-o conforme, ratificou e vai assinar-----

O Instrutor

assinatura.

A Testemunha

.....*(.assinatura do F -1.)*.....

(categoria, graduação, N.º de Identificação)

E vindo a **2ª testemunha, FÊ2**, devidamente identificada disse chamar-se.....ser filho dee de.....ser natural de.....Freguesia.....Concelho.....estado civil..... deanos de idade e ser operador da Central Telefónica desta.....nestas funções desde..... Jurou pela sua honra e pela sua consciência dizer toda a verdade e só a verdade e aos costumes disse nada.-----

Perguntado sobre os factos constantes da participação originadora deste processo, disse que: **OÍ F+**.....

.....também iam entrar de serviço.....tendo ainda..... aacrescentar que, no dia 25 corrente mês dehavia estado com o **%+**.....e este lhe tinha dito que ~~me~~ não me chateiem que eu agora estou na **rua+**

Rubrica
de

F-2

<p>(lua)-----</p> <p>- Perguntado sobre.....disse desconhecer completamente.....</p> <p>E mais não disse, nem lhe foi perguntado. E sendo-lhe lido o seu depoimento, achou-o conforme, ratificou e vai assinar-----</p> <p>Ressalva-se a palavra %lua+a linha _____ da folha 4, devendo ler-se %lua+na sua correcta forma.-----</p> <p>O Instrutor <i>assinatura.</i></p> <p>A Testemunha<i>assinatura do F-2.....</i> (%Chefe de Equipe+..categoria, graduação, N.º de Identificação) Cota</p> <p>Nesta data, 17 de Abril do corrente, não sendo possível a audição da testemunha Í F Ë3Î que conforme averigui na Secretaria da.....se encontra de licença até.....por mais X dias, enviei-lhe convocatória por carta, em correio azul, a fim de comparecer diante mim, no dia.....às.....horas , no gabinete/ sala.....e prestar depoimento sobre a matéria da participação.-----</p> <p>Igualmente por carta convoquei o presumível arguido Í FÎ.....para audição no dia.....X+1....às horas.....na sala.....-----</p> <p>-----</p> <p>O Instrutor <i>assinatura.</i></p> <p>E porque os citados Í F-3Î e Í FÎ só serão presentes nesta Delegação....., para serem inquiridos nos dias..... erespectivamente, não tendo, por agora, qualquer outra diligência a efectuar, encerro o presente auto.-----</p> <p>O Instrutor <i>assinatura.</i></p> <p>Aos 25 dias do mês de Abril de 2007, nesta sede da..... se reabre e continua o presente processo por ter sido presente a testemunha %F Ë3+. E vindo à minha presença, quanto à sua identificação disse chamar-se.....ser filho de.....e de.....ser natural de.....Freguesia....Concelho.....estado civil (solteiro, casado, divorciado) , deanos de idade e ser Socorrista N.I. XXXXXXXXXX a prestar serviço.....com as funções desde..... Jurou pela sua honra dizer toda a verdade e só a verdade e aos costumes disse <i>que</i> é colega e amigo do Í FÎ...mas tal não o impede de dizer toda a verdade.-----</p> <p>Perguntado sobre os factos constantes da participação originadora deste processo, disse que:-----</p> <p>OÍ FÎe....assim,.....</p> <p>.....foi.....</p> <p>quando.....</p> <p>.....não.....</p> <p>.....mas frisa que lhe veio à ideia fazer de conta que.....mas considerar sim que.....-----</p> <p>Perguntado, disse.....</p> <p>-----</p> <p>E mais não disse. E sendo-lhe lidas as suas declarações, as achou conformes, ratifica e vai assinar-----</p> <p>Ressalva: entrelinhei a linha..... a palavra %não+devendo ler-se %tisa que não lhe veio à ideia %o-----</p> <p>O Instrutor <i>assinatura.</i></p> <p>A Testemunha</p>	<div>5</div> <div>E</div>
--	---------------------------

.....assinatura (do F. 3).....
(categoria, graduação, N.º de Identificação)

E não havendo por ora mais diligências a efectuar, dou por encerrado o presente auto de inquirição de testemunha.-----

O Instrutor

assinatura.

Cota

Aos 26 dias do mês de Abril de dois mil e sete, tendo recebido uma chamada telefónica do presumível infractor Í F+.-----informando que se encontrava doente, com forte gripe, no seu domicílio, e que já enviou por carta, em correio urgente, a justificação de não poder comparecer, no dia.-----e hora, conforme foi convocado, mais informando que à sua carta juntou o respectivo atestado médico, fico a aguardar o respectivo comprovativo, a fim de ser junto ao presente processo.-----

O Instrutor

assinatura.

. Termo de Juntada

Aos vinte e sete dias do corrente mês de Abril informado que fui pela Secretaria desta..... recebi a carta registada do remetente Í Fî.....datada de que conjuntamente com o atestado médico que lhe era anexo se junta aos presentes autos e ficam a constituir **folhas 7 e 8** deste processo. Dos citados documentos foram feitas fotocópias que pela Secretaria serão levadas a despacho superior para os devidos efeitos e arquivo no Processo Individual de %+.-----

Cota

E porque, na sua carta, o %+.-----solicita que a sua audição lhe seja marcada para dia.-----e hora.-----,e, o atestado médico, em data de fim de convalescença, confirma a previsão da sua aptidão para o serviço, foi por telegrama, que lhe enviei, hoje às ----- horas, que lhe confirmei a sua nova convocação para a data que solicitou.-----

O Instrutor

assinatura.

	<div style="border-bottom: 1px dotted black; height: 10px;"></div> <div style="border-bottom: 1px dotted black; height: 10px;"></div> <div style="border-bottom: 1px dotted black; height: 10px;"></div> <div style="border-bottom: 1px dotted black; height: 10px;"></div> <div style="border-bottom: 1px dotted black; height: 10px;"></div> <div style="border-bottom: 1px dotted black; height: 10px;"></div> <div style="border-bottom: 1px dotted black; height: 10px;"></div>	

Carta de Í Fî a informar da sua doença (e a que junta atestado médico, que segue).

Atestado Médico

(sobre a doença de ÍFÎ.....)

Aos dois dias do mês de Maio do corrente ano reabre-se o presente processo para colher as declarações do presumível infractor, Í F+..... sobre a matéria que consta na participação a folha um a três .-----

E vindo à minha presença, interrogado sobre a sua identidade disse chamar-se.....ser filho de.....e de, ser.....natural de.....Freguesia.....Concelho.....ser solteiro, (*casado, divorciado*), deanos de idade e ser Socorrista N.I. XXXXXXXXX a prestar serviço.....com as funções de..... desde.....-----

À matéria da acusação, respondeu:-----

1. Que,.....no..dia.....ali aparecera para.....e.....foi quando.....com .largos gestos de braços.....mentiu.

2. Que, momentos depois passara e já não se recorda.....-----

3. Que, face a ter de.....arrependido.-----

4. Perguntado, disse:-----

5. Que talvez tenha.....mas isso não poderá afirmar porque.....esteve com forte gripe e com muita febre.....

e que se lembre terá faltado uma única vez ao serviço de.....mas com motivos que.....justificou e lhe foram atendidos pelo seu.....de quem funcionalmente dependia....na altura.-----

5- Mais disse de sua iniciativa que, no diase encontrava no café.....porque.....e,.....

.....e foi quando então verificou....que já

Rubrica
de
F
(porque
não
assinou
nesta
folha)

não iria ser bem sucedido já que tudo se encaminhava.....
desenfreadamente.....

a doença do seu filho e com a situação da sua companheira no emprego.....o
que o levou a não ter cabeça para se justificar perante os seus superiores, nem ao seu Chefe de
.....por.....

Perguntado sobre se considera.....respondeu: Que é seu desejo que fique bem patente nas suas declarações que não teve a intenção de.....

.....E mais não disse nem lhe foi perguntado. E
sendo-lhe lidas as suas declarações, as achou conformes, ratificou e vai assinar.-----

☐ Instructor

..... *assinatura.*

O presumido culpado

.....*assinatura*

(categoria, graduação, N.º de Identificação)

Nesta data, dado o adiantado da hora, após ter prestado declarações, de imediato foi o **ÍFI**informado de que deve, amanhã, dia três de Maio, pelas quatorze horas e trinta, vir à minha presença, nesta mesma sala, afim de lhe ser entregue a **notificação da culpa** que lhe vai ser deduzida, com a respectiva **Nota de Culpa**, e ser, também nessa altura, esclarecido, acaso o pretenda, sobre o que lhe assiste em direito de apresentar defesa, por Lei e pelo Regulamento de Disciplina da CVP.-----

Não havendo por hoje mais diligências a efectuar dou por encerrado o presente auto.-----

☐ Instructor

..... *assinatura.*.....

O presumido culpado

.....*assinatura*

(categoria, graduação, N.º de Identificação)

Aos três dias do mês de Maio do corrente ano, vindo à minha presença o %.....fiz-lhe entrega da Nota de Culpa, em original, onde consta a acusação que lhe foi deduzida e a notificação do direito de requerer o que julgar conveniente para a sua defesa, a apresentar por escrito (ao Instrutor) no prazo de 10 (dez) dias úteis que lhe foi concedido, bem como a indicação de quaisquer meios de prova e de rol de testemunhas que pretenda igualmente indicar.-----

Fica a fotocópia da Nota de Culpa, agora entregue a **ÍFI**, a constituir folha 11 (onze) deste processo.-----

☐ Instructor

..... *assinatura.*

O Presumido Infractor

.....*assinatura*

(categoria, graduação, N.º de Identificação)

Year	Percentage of people who believe in climate change
2007	100
2008	100
2009	85
2010	75
2011	65
2012	55
2013	45
2014	35

(exemplo, desconexo com o teor das anteriores folhas)

Nota de Culpa

11

Por despacho do Exmo.....[ou: Pela Direcção da Delegação de.....(localidade)], com sede em _____, foi determinada a instauração do presente processo disciplinar contra **G** _____, (categoria...função) residente em _____, pelos seguintes factos:

1º

(- descrever um facto da acusação em cada número, com todas as circunstâncias de tempo, lugar, identificação de eventuais intervenientes, etc..)

Em..... **G**.....quando se encontrava na.....e diante de demais colegas, nomeadamente do **M**..... e do **R**.....proferiu a frase %vai-te(ainda que obsceno e injurioso, deve ser literalmente escrito).+ fazendo-o com intencionalidade de ofender.....como fica provado por sua confissão e demais testemunhos colhidos de **J**..... e de **D**.....

2º

Em acto contínuo **G**.....fez o gesto de.....com o qual veio a atingir.....

3º

Na sequência dos comportamentos supra referidos em 1º e 2º, **G**.....continuou a.....

4º

Etc.

5º - Os actos (e/ou omissões) acima descritos, cometidos por **G**, configuram infracções a(os):

Artigos n.º (6 ?), no n.º 2, alínea, (?) e, art.º (8?) n.º (4 ?) alínea (?) do **Estatuto da CVP**, com referência aos **Deveres X, Y e Z** expressos nos artigos [consultar artigos n.º 4 a 11º] n.º _____ no n.º _____, alínea _____; art.º n.º _____ no n.º _____ do **Regulamento de Disciplina da CVP**, em vigor, (e, eventualmente mencionar, ainda: com referência à(s), **Normas X, Instruções Y, Determinações Z e/ou Directivas Ø**.....(emanadas, ou dadas por.....em vigor...etc.).

(- descrever também, em parágrafo próprio, as eventuais %circunstâncias atenuantes+, de %causa de exclusão de ilicitude e culpa+ e de %circunstância agravante+, previstas nos artigos n.º 23º, 24º e 25º do Regulamento de Disciplina da CVP, em vigor).

6º - Tem, na sua actuação culposa, as circunstância(s) atenuante(s):

.....

7º - Constituem circunstância(s) agravante(s):

.....

8º- Os referidos comportamentos revelam uma actuação culposa do Voluntário **Í GÍ**.....passível de sanção disciplinar que pela sua gravidade podem incorrer na pena de.....+X+).

Nota 1: Atenção que, para se mencionar a intenção de vir a ser aplicada a pena de expulsão e perda da qualidade de membro, tem que haver proposta precedente (à entrega/envio da Nota de Culpa), superiormente sancionada pelo Presidente ou Direcção Nacional.

O Instrutor

..... assinatura.....

Nota 2: Atenção que, no Processo Disciplinar de Funcionários (e trabalhadores contratados) a identificação das infracções reportam-se ao Código do Trabalho, que à data dos actos infraccionais estiver em vigor,

Atente-se ao constante dos n.º 3 e 4 do artigo 1º do Regulamento de Disciplina da CVP, em vigor. É aprovado pela Direcção Nacional a 27 Março 2008. É e pondere-se quanto à necessidade da nomeação do Instrutor do processo recair sobre jurista (advogado) habilitado no que concerne ao extenso detalhe da legislação laboral.

(Exemplo de Notificação do Presumido Culpado)

Cruz Vermelha Portuguesa

S/ n.º

Delegação de

Destinatário

Data

N / Refª. : Ofício n.º _____

Exmo Senhor,

Serve a presente para lhe remeter em anexo a Nota de Culpa deduzida em resultado do Processo Disciplinar que lhe foi instaurado.

Fica V. Exª notificado de que, querendo, lhe é lícito apresentar a sua defesa por escrito, ou declaração que dela prescinde, fazendo-o neste(a) [*Delegação, etc....*], dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis que lhe é concedido a contar da data da receção da presente notificação, que lhe é enviada por carta registada com A/R .

Na resposta à Nota de Culpa, fica V. EXª ciente de que, poderá dizer, requerer e indicar o que julgue conveniente e necessário para a realização da sua defesa, seja a sua legal representação, diligências e rol de testemunhas, estas, não mais que 3 (três) por cada facto.

Mais se lhe faz saber que, serão indeferidos todos os pedidos ou requerimentos que sejam manifestamente inúteis face á acusação que lhe é formulada e todos aqueles que se revelem prejudiciais à descoberta da verdade dos factos..

Instalações da CVP em..... ded e.....

Atentamente,

O Instrutor,

..... *assinatura*

Termo de Juntada

Aos 05 dias do mês de Maio de 2007, junta-se ao presente processo o Aviso de Recepção do envio da Nota de Culpa, assinado, como recebido pelo próprio presumido infractor, e que me foi entregue pela Secretaria. Fica a constituir **folha 13** deste Processo.

O Instrutor

..... *assinatura*

Termo de Juntada

Aos 17 dias do mês de Maio de 2007, sendo-me entregue, pela Secretaria da.....a carta registada do Voluntário Técn. 1ª Classe **R.....** contendo a documentação da sua defesa em resposta à acusação que lhe foi deduzida, e que inclui um atestado passado pelo Presidente da Junta de Freguesia do, junta-se ao presente processo, ficando a constituir **folhas 14,15 e 16 (quatorze a dezasseis ambas inclusive)**, deste mesmo processo.-----

O Instrutor,

..... *assinatura*

Termo de Encerramento

Aos 18 dias do mês de Maio de 2007, recebida e analisada que foi a defesa escrita do infractor, e, não havendo mais pessoas a inquirir nem outras diligências a efectuar, passo à elaboração do respectivo Relatório e Conclusões e dou por esta forma concluído o presente processo disciplinar que vai por mim assinado, pelas testemunhas e pelo infractor, depois de a cada um ser lido na parte correspondente.-----

O Instrutor,

..... *assinatura*

*Fica a constituir folha **13** do Processo*

Impresso do Aviso dos CTT, de Recepção da Carta Registada, pelo infractor.

*Fica a constituir folha **14** do Processo*

Envelope da Carta Registada (contendo a documentação da sua defesa)

15	<p>F..... Av.n.º..... XXXX-XXX</p> <p>Tel.: YYYYYYYYYY</p> <p>À Delegação de.....da Cruz Vermelha Portuguesa</p> <p>Exmo Sr. (<i>Instrutor.....</i>)</p> <p>Em resposta à Acusação que me foi formulada, em Processo Disciplinar, a de 03 de MAIO de 2007 informo V. Ex^a. que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Relativamente aos factos de que sou acusado no n.º 1 da Nota de Culpa, falta ao serviço de.....eu, %, em aditamento ao que já aleguei nas minhas declarações para o processo.mais tenho a declarar (<i>ou, venho rejeitar...impugnar...etc.,</i>) o seguinte:----- . 2. Quanto ao que me é imputado no n.º 2 da citada Nota, tenho por justificação uma forte razão, que solicito seja atendida, e que é o facto de, na véspera do dia..... em que faltei ao serviço, recebi uma chamada telefónica, pelas 22.00 horas, da minha mulher, ou da minha companheira, se quiser, porque não estou casado nos papéis, dizer-me, muito aflita, que o meu filho João se encontrava cheio de febre e não dava conta de si, muito doente. 3. Nessa noite dirigi-me para o lugar de..... onde resido, para saber do estado de saúde do meu filho. Fui até à boleia com o Sr. <i>Manuel Freitas</i>. Dado que a minha mulher trabalha numa fábrica de fiação.....e este mês já não podia dar mais faltas sem que lhe fossem ao ordenado, e também corre o risco de perder o emprego, fui eu a levar o meu filho, João, à consulta de Urgência do Hospital..... 4. Entretanto as coisas complicaram-se, porque o meu filho piorou, entrou em convulsões e ficou internado. O que me fez esquecer de informar o Senhor %. 2+que é o meu Chefe de Equipe, e também já nem tive cabeça para informar o meu Comandante..... <p>Como não é meu costume falar da minha vida particular na Unidade, poucos são os que sabem da minha vida e que tenho um filho registado.</p> <p>Noutras circunstâncias, não teria faltado ao serviço. Os meus colegas sabem que estou sempre disponível, até para desenrascar um serviço por troca.</p> <p>Se me viram no café Anabela, na tarde desse dia, é verdade. Estava muito preocupado, ou mesmo transtornado, pois que tinha perdido a noite nas Urgências do Hospital e tinha o miúdo internado. Regressei à boleia, às 06.00 da manhã, não tinha comido nada, fui ao café comer uma sandes e beber qualquer coisajá tinha estado ao telemóvel com a minha companheira a tentar acalmá-la e a encorajá-la.....</p> <ol style="list-style-type: none"> 5. Confesso-me culpado e aborrecido por não ter procedido como devia, pois fiquei ciente de que falhei e de tudo o que infringi. Só posso pedir desculpa e prometer que, para de futuro, vou ter maior controle sobre mim próprio, até como profissional Socorrista, para cumprir com os meus deveres para com a CVP e Delegação.....mas isto tudo, ficou a dever-se aos motivos que atrás disse e que peço que tenham em conta, ainda que me tenham que castigar pelos Regulamentos. <p>Como sendo verdade o que aqui relatei, junto como prova um atestado da Junta de Freguesia, que pedi.... ..</p> <p>emdede 2007-10-10</p> <p>Assinatura</p>
----	--

Exemplo do documento integrado na Defesa apresentada (e que se junta ao processo)

Vila Nova de C.....

Junta de Freguesia

Para os devidos efeitos e por me ser pedido por Maria da Conceição.....moradora na rua.....e a viver em comunhão decom %.....
como é do meu conhecimento e dos registos desta Junta.....certifico e vai atestado com
selo branco em uso nesta Junta de Freguesia, que o seu filho e também filho do
ÍFÍ....., de nome João.....de ..anos de idade.....foi por ele pai, conduzido
ao Serviço de Urgência do Hospital dena noite do dia.....do mês
de.....do corrente ano, pelashoras e encontrou-se gravemente doente, ficando
internado, conforme me foi prestada informação pelo Sub-Delegado de Saúde local, que veio
após a alta hospitalar, a assistir o jovem enfermo. Mais certifico que Maria da
Conceição.....é empregada na fábrica de Fiação %Teares da Pêra+ nesta Vila.

Vila.....,.....Maio de 2007

O Presidente da Junta

.....
(Selo branco)

	<p>Termo de Encerramento</p> <p>Aos 18 dias do mês de Maio de 2007, recebida e analisada que foi a defesa escrita do infractor, e, não havendo mais pessoas a inquirir nem outras diligências a efectuar, passo à elaboração do respectivo Relatório e Conclusões e dou por esta forma concluído o presente processo disciplinar que vai por mim assinado, pelas testemunhas e pelo infractor, depois de a cada um ser lido na parte correspondente.-----</p> <p>-----</p> <p style="text-align: center;">O Instrutor,</p> <p style="text-align: center;">.....<i>assinatura</i>.....</p>	<p>17</p>
--	--	------------------

Notas:

1. Juntam-se a seguir a este Termo, o **Í Rol de testemunhas** e cópias dos **Elementos do Processo Individual** do Infractor, no respeitante ao que caracteriza o seu desempenho e comportamento antecedentes:
 - Tempo de serviço;
 - Referências elogiosas, Louvores, Condecorações;
 - Sanções disciplinares.
2. Numera-se, sequencialmente, cada uma das folhas, que constituírem a documentação supra citada
3. **O Relatório e Conclusões** do Instrutor (ou Averiguante) será a última peça do processo, antes do termo de entrega.

	<div style="border: 1px solid black; padding: 10px; margin: 20px auto; width: 80%;"> <p>Cópias da documentação acima citada na Nota 1 (em conformidade com o original)</p> <p><i>Elementos do Processo Individual do Infractor</i></p> </div>	<p>exemplo</p> <p><i>n.º de folhas a integrar</i></p> <p>18</p> <p><i>a</i></p> <p>24 <i>todas com rubrica do Instrutor</i></p>
--	---	---

RELATÓRIO

Da participação a folha um deste processo é o ÍF+....., deste(a).....acusado de não ter comparecido ao serviço depara que estava nomeado em escala.....tendo-se posteriormente apresentado nas instalações do.....em..... àshoras, sem que tenha dado qualquer justificação da sua falta aos superiores de que depende funcional e administrativamente.

I - Na investigação, ouvidas as testemunhas e o infractor, apurou-se que:

- 1º - A falta ao serviço de.....foi cometida pelo ÍF+.....no dia.....de.....de 2007, no período dashoras às.....em que lhe competia integrar a equipe de....., conforme consta da participação e escala anexa de serviço, e mais foi detalhado e comprovado pelas testemunhas, e ainda confirmado pelo arguido;
- 2º - A referida falta ocorreu pelos motivos que ÍF alegou, de seu %anstormo e preocupação+ com o problema repentino de saúde do seu filho e com a situação da sua companheira no emprego....., e que o levaram a não cuidar de informar a Unidade, ,,,,,,,,ou contactar,,.....em tempo de antecedência de..... justificando a sua indisponibilidade para o serviço que tinha a efectuar e a %ão ter cabeça para, posteriormente, se justificar perante os seus superiores, nem ao seu Chefe de Equipe, por quem disse ter toda a consideração..... conforme consta das suas declarações (a folha 9 e 10, linhas 3 a 5) e da resposta de defesa à nota de culpa (fls. 15);
- 3º - Não se apresentou a quem devia, (por norma da Direcção da Delegação), ao Chefe da sua Equipe e ao seuCoordenador (ou Comandante) (e/ou conforme instruções verbais) que são por todos tidas como norma na Unidade, pese embora não transpostas a escrito, quando do seu regresso ao serviço na Unidade em..... àshoras;
- 4º - etc.
- 5º - As testemunhas não consideram que %F+.....seja um colega faltoso ao serviço...antes pelo contrário, é um Socorrista sempre disponível e muito competente profissional+. É no entanto um homem tímido, muito introvertido e de poucas falas que não se abre com colegas+(a folha ..., linhas ... a ...);
- 6º - etc. etc.
- 7º - A declaração da Junta de Freguesia de..... constante a folha 16 deste processo, confirma a doença do filho João....do infractor e que.....

II - Face à acusação em Nota de Culpa, que lhe foi movida e entregue, (ou enviada) defendeu-se em termos de resposta escrita, não tendo arrolado quaisquer testemunhas.

III - Do seu Processo Individual, consta:

- Que foi incorporado na CVP, na Delegação e Unidade de.....em 01Jan de 1994, pelo que nesta data tem 11 anos de serviço e 5 meses, com exemplar comportamento e sem castigos;
- Uma referência elogiosa e dois louvores do Presidente da Delegação, respectivamente atribuídos em 19Jun97, 20Set2004 e 08Jan07;
- Que foram-lhe concedidas as condecorações , %Cruz Vermelha de dedicação+em e a %Cruz de exemplar comportamento, grau cobre+, em.....

CONCLUSÕES

De tudo o que me foi dado inquirir e ficou escrito nos autos, concluo que:

1º - São **factos provados**, que:

- O %F+..... no dia.....faltou ao serviço de..... das.....àshoras para que estava designado em escala de serviço e para que fora avisado.....;
- Não informou, com a devida antecedência que..... e não diligenciou respeitar a norma..... de informar....., na Unidade, da sua indisponibilidade para o serviço que lhe competia efectuar;
- Não se apresentou a quem dependia funcionalmente, quando regressou ànem em justificar a sua falta;
- A doença e internamento hospitalar do filho do infractor;
- A consciência de culpa, confessada à posteriori;

- As testemunhas ouvidas abonam o bom comportamento e desempenho antecedentes do Í FÍ .

2º - **Não se provou** que a alteração do seu estado de espírito, as preocupações e transtornos que o Í FÍ alegou.....nem outros motivos.....não lhe tenham permitido, por qualquer meio, telefónico ou por mensageiro, informar a Unidade.....;

Igualmente não se provou a..... premeditação ou intenção deliberada de cometer as infracções.....;

- etc..

3º - Como **circunstâncias atenuantes** são de considerar as prescritas nas alíneas a) e b) do art.º 23º do Regulamento de Disciplina da CVP, em vigor - *mais de 5 anos do exercício efectivo do voluntariado sem punições, e, a confissão espontânea da falta.*

Não argumentou nem invocou, na sua defesa, o *conflito de deveres* previsto no art.º 24º do Regulamento de Disciplina da CVP, no caso vertente, o facto de ter dado prioridade ao dever de pai, de socorro ao filho, em relação aos deveres institucionais da CVP; o que poderia ter feito.

5º - **Circunstâncias agravantes** . nenhuma (*pode omitir-se a sua menção, quando não as houver*).

6º - Conclui-se, pois, que, com o seu procedimento, o Voluntário Í FÍ **infringiu o Dever de Zelo, artigo 11º, n.º 2, alínea g) do Regulamento de Disciplina da CVP, em vigor, bem como as Normas de Delegação..... com referência ao artigo 6º, n.º 2, alínea d) dos Estatutos da CVP, (D.L. n.º 281/2007, de 07Ago07).**

Perante os factos dados como provados e as considerações aduzidas, em particular as da circunstância de alterações, emotiva e psicológica da condição de pai, tidas pelo Voluntário Í FÍ :

- **Propõe-se como bastante acção correctiva e punitiva a aplicação da pena de admoestação, (art.º 13, n.º 1 a) do Reg. Disc.) com a divulgação que superiormente, por justa, for entendida (art.º 14º), advertindo-se o Voluntário Í FÍ, de que, a formação e perfil de Socorrista exigem particular autodomínio e controle, inclusive nas situações mais difíceis de enfrentar.**

Termo de Entrega

Aos ..dias do mês de.....de 2007 faço entrega do presente processo disciplinar ao(entidade que determinou a sua instauração.....ou a quem este o determinar.- *por exemplo*, na Secretaria de.....a fim de lhe ser dado o destino conveniente).

O Instrutor

.....

Notas:

- 1- *As restantes linhas da página não serão trancadas para que a entidade que mandou instaurar o processo, se o pretender, aqui (nela) escreva o **Despacho** da decisão que proferir, de acordo com a competência disciplinar que lhe tenha sido delegada ou subdelegada (ou a decisão do envio do processo ao escalão superior, com seu parecer, e /ou proposta);*
- 2- *No despacho, deve constar se o processo é arquivado por falta de provas, de culpabilidade do arguido, pela inocência deste ou por extinção do procedimento disciplinar;*
- 3- *Se foi provada a responsabilidade do arguido, no âmbito disciplinar, deverá constar a redacção da punição descrevendo de forma perfeitamente compreensível os factos praticados e referir os deveres do Estatuto, Regulamento, Normas, Determinações ou Instruções que foram infringidos e correspondem aos factos.*

EXEMPLO:

Í Pela Presidente da.....foi punido, em 23Fev00, com pena de.....o Voluntário Socorrista de 2ª classe, Í FÍ....., a exercer as funções dena.....da Cruz Vermelha Portuguesa, pela desobediência,e falta de urbanidade e cortesia com que, conscientemente e com culpa, violou, no dia.....em acto de serviço que lhe era inerente, os deveres a que se encontra obrigado, designadamente o constante na alínea a) do n.º 2 do artº 9 e no n.º 4 do artº 6º do Regulamento de Disciplina da CVP, com referência ao artigo 6º, n.º 2, alínea d) dos Estatutos da CVP, (D.L. n.º 281/2007, de 07Ago07).

==#==